

GLOSSÁRIO DE FINANÇAS CLIMÁTICAS



Aviso Legal de Isenção de Responsabilidade

O presente Glossário de Finanças Climáticas foi elaborado no intuito de servir como documento de apoio para os governos locais na compreensão dos termos frequentemente encontrados na busca por financiamento de projetos da ação climática ou na construção de parcerias com instituições financeiras e técnicas que operam com finanças climáticas. Para sua elaboração, foram consultados diversos documentos e incorporadas definições de instrumentos desenvolvidos por governos de diferentes países. Dessa forma, faz-se necessário o usuário conferir a legislação e normativas locais específicas a seu território para eventuais adequações de disposições legais.

Este documento é uma tradução da versão original publicada em 2020 na língua inglesa e que pode ser encontrada neste [link](#). Em caso de discrepância entre a versão original em inglês e a tradução, considerar a definição dada pela versão inglesa.

SUMÁRIO INTERATIVO

I. FINANÇAS CLIMÁTICAS INTERNACIONAIS

INTERNATIONAL CLIMATE FINANCE

Acesso Direto

Direct access

Acordo de Compra de Redução de Emissão (tradução livre)

Emission Reduction Purchase Agreement (ERPA)

Adicionalidade

Additionality

Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)

Official Development Assistance (ODA)

Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD)

Multilateral Development Bank (MDB)

Comércio de Emissões

Emission trading

Contribuições Nacionalmente Determinadas

Nationally Determined Contributions (NDCs)

Entidade Credenciada

Accredited entity

Entidade Implementadora (EI)

Implementing Entity (IE)

Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs)

Development Finance Institutions (DFIs)

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

Clean Development Mechanism (CDM)

Mecanismo de Financiamento

Financing Mechanism

Partes do Anexo I

Annex I Parties

Partes do Anexo II

Annex II Parties

Partes Não-Anexo I

Non-Annex I Parties

Plano de Ação Climática (PAC)

Climate Action Plan (CAP)

Plano Nacional de Adaptação (PNA)

National Adaptation Plan (NAP)

II. TERMOS FINANCEIROS ESSENCIAIS

ESSENTIAL FINANCIAL TERMS

Alavancagem Financeira

Leverage

Amortização

Amortization

Análise de Custo-Benefício

Cost-Benefit Analysis

Assistência Técnica

Technical assistance

Ativos

Assets

Auditoria

Audit

Avaliação de Impacto Ambiental

Environmental Impact Assessment

Bancabilidade

Bankability

Co-financiamento

Co-financing

Compras Públicas Sustentáveis (CPS)

Sustainable Public Procurement (SPP)

Condicionalidade

Conditionality

Déficit

Deficit

Despesa Pública Climática e Revisão Institucional (DPCRI)

Climate Public Expenditure and Institutional Review (CPEIR)

Eficiência / Eficácia dos Fundos

Efficiency / effectiveness of funds

Estrutura Baseada em Resultados (EBR)

Results-based Framework (RbF)

Estudo de Viabilidade / Pré-Viabilidade

Feasibility / Pre-Feasibility study

Finanças Climáticas

Climate finance

Garantia

Collateral

Instrumento de Preparação de Projetos (tradução livre)

Project Preparation Facility (PPFs)

Mitigação de Risco

Risk mitigation

Mudança Transformativa

Transformative change

Repasse

On-lending

Retorno sobre Investimento (ROI)

Return on investment (RoI)

Saída Estratégica

Exit strategy

Salvaguardas Ambientais e Sociais

Environmental and Social Safeguards

Subsídios

Subsidies

III. MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

FINANCING MECHANISMS

Arrendamento Mercantil

Leasing

Ativos de Capital

Capital Assets

Capital Próprio ou Patrimônio Líquido

Equity

Captura de Valor da Terra

Land value capture (LVC)

Contrato de Desempenho Energético (CDE)

Energy Performance Contract (EPC)

Contribuição de Melhoria

Betterments

Empreendimento Conjunto

Joint venture (JV)

Empréstimo

Loan

Empréstimo Concessional

Concessional loan

Financiamento Agregado

Pooled finance

Financiamento Coletivo

Crowdfunding

Financiamento Misto

Blended finance

Fundos não reembolsáveis

Grant

Fundo Municipal de Desenvolvimento (FMD)

Municipal Development Fund (MDF)

Fundo Rotativo

Revolving fund

Garantia / Proteção na Primeira Perda

Guarantee / first-loss protection

Imposto sobre o Carbono

Carbon tax

Mercado Voluntário de Carbono

Voluntary Carbon Market

Orçamento Participativo

Participatory budgeting

Parceria Público-Privada (PPP)

Public Private Partnership (PPP)

Privatização

Privatization

Redução Certificada de Emissões (RCE)

Certified Emission Reduction (CER)

Título

Bond

Título Verde

Green bond

Transferência Intergovernamental

Intergovernmental transfer

Sociedade de Propósito Específico (SPE)

Special Purpose Vehicle (SPV)



I. FINANÇAS CLIMÁTICAS INTERNACIONAIS

INTERNATIONAL CLIMATE FINANCE

Acesso Direto

Direct access

Mecanismo pelo qual entidades nacionais credenciadas de países em desenvolvimento ganham acesso, sem envolvimento de intermediários, a financiamento fornecido por um fundo internacional para implementar os projetos e/ou programas selecionados. Elas podem escolher outras entidades executoras para realizar o trabalho.

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Acordo de Compra de Redução de Emissão (tradução livre)

Emission Reduction Purchase Agreement (ERPA)

“Um acordo vinculativo legal entre compradores e vendedores de créditos de carbono. Geralmente assinado antes que o projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo seja registrado ou os créditos sejam emitidos.”

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Adicionalidade

Additionality

Adicionalidade refere-se ao uso de financiamentos para o desenvolvimento para atingir objetivos relacionados à agenda de clima para além do “business-as-usual”. Alguns fundos (como o Fundo Verde para o Clima ou o Fundo Especial para Mudança Climática do GEF) não financiam projetos de desenvolvimento que mencionam adaptação ou mitigação à mudança do clima apenas como co-benefícios, pois essas agendas precisam ser o foco central do projeto. O dinheiro será um adicional somado a outro fundo de desenvolvimento. Adicionalidade é um conceito importante e politicamente sensível que ainda está sendo debatido no cenário internacional. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).

A adicionalidade é um dos princípios-chave da União Europeia e do financiamento de projetos. [Leia mais sobre](#).

Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)

Official Development Assistance (ODA)

“A Assistência Oficial ao Desenvolvimento refere-se à assistência financeira fornecida aos países em desenvolvimento e às instituições multilaterais por agências oficiais, incluindo governos estaduais e locais de países desenvolvidos, para a promoção de seu desenvolvimento econômico e bem-estar. Em 1970, foi acordado que os países desenvolvidos forneceriam 0,7 por cento de sua Renda Nacional Bruta (RNB) como AOD, que também é conhecida como ‘ajuda externa’”.

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD)

Multilateral Development Bank (MDB)

Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) podem ser categorizados de várias maneiras; os dois maiores grupos são os BMDs “principais” e “sub-regionais”.

a) Principal: criado por um grupo de países para fornecer financiamento e assessoria profissional para fins de desenvolvimento.

Por exemplo: Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID)

b) Sub-regional: para um menor custo de capital, os bancos emprestam aos seus membros, tomando empréstimos nos mercados de capitais internacionais. Como existe uma responsabilidade compartilhada pelo reembolso, os bancos costumam tomar empréstimos mais baratos desses mercados do que qualquer país membro. Por exemplo: Banco de Desenvolvimento do Caribe, Banco de Desenvolvimento da África Ocidental.

[Saiba mais.](#)

Comércio de Emissões

Emission trading

“O comércio de emissões é uma abordagem baseada no mercado para controlar a emissão de gases de efeito estufa (GEE). Facilita a compra e venda de títulos equivalentes a créditos para emissão de GEE através da disponibilização de certificados oficiais.”

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas

Contribuições Nacionalmente Determinadas

Nationally Determined Contributions (NDCs)

“O Acordo de Paris exige que cada Parte prepare, comunique e mantenha sucessivas contribuições nacionalmente determinadas que pretende alcançar, buscando medidas de mitigação domésticas para alcançar os objetivos de tais contribuições.”

[Saiba mais.](#)

Entidade Credenciada

Accredited entity

Uma entidade credenciada é uma instituição nacional, regional ou multilateral que atende aos padrões de um fundo e obtém um determinado status de credenciamento. Pode ser privada, pública ou não governamental. Elas podem ser credenciadas como entidades de implementação, entrega ou execução (dependendo dos fundos, ver “Entidade de Implementação” abaixo).

Entidade Implementadora (EI)

Implementing Entity (IE)

Geralmente, uma Entidade Implementadora é responsável por verificar e endossar propostas de projetos e programas e por desembolsar e buscar fundos quando elas forem bem sucedidas. O termo EI pode variar ligeiramente dependendo do fundo.

- O Fundo de Adaptação credencia a EI como nacional, regional ou multilateral. A EI trabalha com uma Entidade Executora, a cargo da gestão cotidiana e intervenções no terreno.
- O equivalente da EI para o GEF é denominada “Agência de Implementação (AI)”. AIs podem ser nacionais (por exemplo, Banco de Desenvolvimento da África do Sul), regionais (por exemplo, Banco de Desenvolvimento da África Ocidental) ou multilaterais (por exemplo, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). As ONGs também podem ser credenciadas como AIs (por exemplo, World Wildlife Fund - WWF). Assim como a Entidade Implementadora, uma Agência Implementadora do GEF também trabalha com uma Entidade Executora.
- O equivalente da EI para o Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund - GCF) é denominado “Parceiro de Entrega”. O Parceiro de Entrega pode trabalhar com uma Entidade Executora.

Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs)

Development Finance Institutions (DFIs)

As IFDs nacionais e internacionais são bancos de desenvolvimento especializados ou subsidiárias estabelecidas para apoiar projetos e programas em países em desenvolvimento. Elas costumam ser detidas majoritariamente pelos governos nacionais e obtêm o seu capital de fundos nacionais ou internacionais ou se beneficiam de garantias governamentais. Isso promove sua qualidade de crédito, o que lhes permite levantar grandes quantias de dinheiro no mercado de capitais internacionais e fornecer financiamento em condições muito competitivas.

Adaptado do site da OCDE.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

Clean Development Mechanism (CDM)

“O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pertencente ao Protocolo de Kyoto, possibilita que os países desenvolvidos possam financiar projetos de redução ou remoção das emissões de gases de efeito estufa (GEE) nos países em desenvolvimento e, em troca, receber créditos de carbono, que podem ser utilizados para cumprir limites obrigatórios em suas próprias emissões.”

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas. [Saiba mais.](#)

Mecanismo de Financiamento

Financing Mechanism

Os países desenvolvidos das Partes devem fornecer recursos financeiros para ajudar os países em desenvolvimento a implementar a Convenção da UNFCCC. Para facilitar essa movimentação, a Convenção estabeleceu um mecanismo financeiro para fornecer esses fundos. A operação do Mecanismo de Financiamento está a cargo do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e do Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund - GCF). [Saiba mais](#).

Partes do Anexo I

Annex I Parties

Países industrializados listados no Anexo I da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e comprometidos com a redução de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). A maioria dessas Partes assinou o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris. Veja a [lista](#).

Partes do Anexo II

Annex II Parties

As Partes do Anexo II consistem nos membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) do Anexo I, mas não nas Partes das EET (Economias em Transição). Elas são obrigadas a fornecer recursos financeiros para permitir que os países em desenvolvimento empreendam atividades de redução de emissões no âmbito da Convenção e para ajudá-los a se adaptarem aos efeitos adversos da mudança do clima. Além disso, elas têm que “tomar todas as medidas viáveis” para promover o desenvolvimento e a transferência de tecnologias não nocivas ao ambiente para as Partes das EET e os países em desenvolvimento. O financiamento fornecido pelas Partes do Anexo II é canalizado principalmente por meio do mecanismo financeiro da Convenção. Para obter detalhes, consulte o link nas Partes do Anexo I.

Partes Não-Anexo I

Non-Annex I Parties

As Partes Não-Anexo I são principalmente países em desenvolvimento. Certos grupos são reconhecidos pela Convenção UNFCCC como sendo especialmente vulneráveis aos impactos adversos da mudança do clima, tais como territórios com áreas costeiras baixas ou sujeitos à desertificação e seca. Outros (como aqueles que dependem fortemente da produção e comércio de combustíveis fósseis) são mais vulneráveis aos impactos econômicos potenciais das medidas de resposta à mudança do clima. A Convenção enfatiza atividades que prometem atender às necessidades e preocupações especiais desses países, como investimento, seguro e transferência de tecnologia. Veja mais detalhes nas Partes do Anexo I.

Plano de Ação Climática (PAC)

Climate Action Plan (CAP)

Um plano de ação climática (PAC) é uma estrutura detalhada e estratégica para medir, planejar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e os impactos climáticos relacionados. Os governos locais elaboram e utilizam esses planos como roteiros personalizados para tomar decisões embasadas e entender onde e como alcançar as maiores e mais econômicas reduções de emissões alinhadas com outras metas municipais. Esse planejamento, no mínimo, inclui um inventário das emissões existentes, metas/objetivos e ações de redução analisadas e priorizadas. Idealmente, um PAC também inclui uma estratégia de implementação que identifica os recursos necessários e os mecanismos de financiamento.

Plano Nacional de Adaptação (PNA)

National Adaptation Plan (NAP)

“O processo do plano nacional de adaptação (PNA) foi estabelecido no Quadro de Adaptação de Cancún (QAC). Ele permite que as Partes formulem e implementem PNAs como meio de identificar as necessidades de adaptação de médio e longo prazo e desenvolver e implementar estratégias e programas para atender a essas necessidades. É um processo contínuo, progressivo e iterativo que segue uma abordagem orientada para o país, participativa, com perspectiva de gênero e totalmente transparente.”

[Saiba mais.](#)

II. TERMOS FINANCEIROS ESSENCIAIS

ESSENTIAL FINANCIAL TERMS

Alavancagem Financeira

Leverage

“A alavancagem é usada no contexto do financiamento climático no qual a finança pública (por exemplo, de instituições financeiras internacionais) incentiva os investidores privados a apoiarem o mesmo projeto. Isso pode acontecer na forma de empréstimos, garantias de risco e seguro ou capital privado, para reduzir o risco percebido para o setor privado. As instituições financeiras aplicam a terminologia ‘alavancagem’ para entender como suas contribuições básicas (por exemplo, dinheiro fornecido por governos doadores a um banco multilateral de desenvolvimento) podem ser investidas nos mercados de capitais para criar um efeito multiplicador interno.”

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Amortização

Amortization

“O reembolso gradual de uma obrigação ao longo do tempo e de acordo com um cronograma de pagamento predeterminado.”

Definição: Glossário de Finanças Municipais, Departamento de Receita de Massachusetts, 2008

Análise de Custo-Benefício

Cost-Benefit Analysis

“Uma ferramenta de tomada de decisão que permite uma comparação de opções com base no nível de benefício derivado e o custo para alcançá-lo de diferentes alternativas.”

Definição: Glossário de Finanças Municipais, Departamento de Receita de Massachusetts, 2008

Assistência Técnica

Technical assistance

A assistência técnica é a assistência não financeira fornecida por especialistas locais ou internacionais. Pode assumir a forma de compartilhamento de informações e experiência, instrução, treinamento de habilidades, transmissão de conhecimento prático e serviços de consultoria e também pode envolver a transferência de dados técnicos.

Adaptado da UNESCO.

Ativos

Assets

Algo que pode ser considerado como posse, como propriedades, estruturas, dinheiro ou investimentos como ações ou títulos.

Auditoria

Audit

“Uma verificação dos sistemas, procedimentos e dados financeiros de uma comunidade por um contador público certificado (auditor independente), junto a um relatório sobre a justiça das demonstrações financeiras e a conformidade com estatutos e regulamentos locais. A auditoria serve como uma ferramenta de gestão valiosa para avaliar o desempenho fiscal de uma comunidade.”

Definição: Glossário de Finanças Municipais, Departamento de Receita de Massachusetts, 2008

Avaliação de Impacto Ambiental

Environmental Impact Assessment

A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) é um processo de avaliação dos prováveis impactos ambientais de um projeto ou desenvolvimento proposto, levando em consideração os impactos socioeconômicos, culturais e de saúde humana inter-relacionados, tanto benéficos quanto adversos.

O PNUMA define a AIA como uma ferramenta usada para identificar esses impactos antes da tomada de decisão. Seu objetivo é prevê-los em um estágio inicial do planejamento do projeto, encontrar maneiras e meios de reduzir os considerados adversos, moldar a proposta para que ela se adeque ao ambiente local e apresentar as previsões e opções aos tomadores de decisão.

Bancabilidade

Bankability

Existe uma falta de entendimento comum sobre o que torna um projeto financiável. Além disso, o termo “bank” é associado erroneamente aos banqueiros. Uma abordagem geral é considerar um projeto ou proposta financiável (“bankable”) quando se tem garantia suficiente, fluxo de caixa futuro e alta probabilidade de sucesso, para ser considerado(a) aceitável pelos credores institucionais para financiamento.

Co-financiamento

Co-financing

O co-financiamento é uma prática em que várias entidades financiam o mesmo projeto, podendo ser fornecido pelos próprios desenvolvedores ou por entidades externas. Um plano de co-financiamento forte (em espécie ou em dinheiro) é uma prova de amplo interesse no projeto por uma diversidade de atores relevantes e, portanto, é uma característica importante.

Adaptado do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Compras Públicas Sustentáveis (CPS)

Sustainable Public Procurement (SPP)

As Contratações Públicas Sustentáveis são um processo pelo qual as autoridades públicas buscam alcançar o equilíbrio adequado entre os três pilares do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental - ao adquirir bens, serviços ou obras contemplando tais pilares.

[Leia mais.](#)

Condicionalidade

Conditionality

Refere-se às condições que as entidades receptoras precisam seguir para receber apoio financeiro dos fundos. Essas condições podem incluir a destinação de fundos para determinados setores, co-financiamento, projeto de aquisição, cumprimento de certos critérios no contexto social e ambiental, etc.

Adaptado do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Déficit

Deficit

O excesso de despesas sobre receitas durante um período contábil.

Despesa Pública Climática e Revisão Institucional (DPCRI)

Climate Public Expenditure and Institutional Review (CPEIR)

“A Despesa Pública Climática e Revisão Institucional é uma ferramenta metodológica para analisar como os gastos relacionados à mudança do clima estão sendo integrados aos processos orçamentários nacionais e subnacionais. Tem três pilares principais: Análise de Política, Análise Institucional e Análise de Despesa Pública Climática. Ela apoia a identificação e o rastreamento dessas despesas no orçamento nacional.”

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Eficiência / Eficácia dos Fundos

Efficiency / effectiveness of funds

A eficiência dos fundos mede quanto produto pode ser produzido com uma determinada quantidade de insumo. A eficácia mostra o sucesso dos recursos utilizados no cumprimento dos objetivos traçados.

Estrutura Baseada em Resultados (EBR)

Results-based Framework (RbF)

Uma Estrutura Baseada em Resultados (EBR) é um conjunto de indicadores, metas e informações de linha de base que formam um eixo para a avaliação de um projeto. O desenho da EBR é uma fase crucial da formulação do projeto, uma vez que sua execução será totalmente dirigida à ela.

Estudo de Viabilidade / Pré-Viabilidade

Feasibility / Pre-Feasibility study

Para a maioria dos projetos, a proposta de financiamento deve ser acompanhada por um Estudo de Viabilidade (EV) mostrando os detalhes técnicos das intervenções e provando que estas podem ser implementadas do ponto de vista técnico/de engenharia. Os níveis de detalhe necessários podem variar dependendo do financiador, da natureza e do tamanho do projeto.

O EV às vezes pode ser a segunda etapa após um Estudo de Pré-Viabilidade (EPV), que fornece considerações técnicas iniciais. Enquanto o objetivo do EV é mostrar como e por que as intervenções selecionadas serão implementadas, o EPV - geralmente um estudo mais curto - mostra porque elas foram escolhidas em vez de outras opções.

Finanças Climáticas

Climate finance

O termo “finanças climáticas” pode ser definido de formas diferentes e não existe uma definição oficial. A Avaliação Bienal e Visão Geral dos Fluxos de Financiamento do Clima de 2016, da UNFCCC, refere-se ao termo como recursos financeiros dedicados à adaptação e mitigação da mudança do clima globalmente, com o objetivo de reduzir as emissões de GEE, a vulnerabilidade e manter e aumentar a resiliência de sistemas humanos e ecológicos aos impactos negativos dessas mudanças.

Garantia

Collateral

Alguns empréstimos exigem propriedade para garantir seu reembolso. Essa propriedade é chamada de garantia.

Instrumento de Preparação de Projetos (tradução livre)

Project Preparation Facility (PPFs)

Os PPFs são usados como meio de desenvolver projetos financiáveis e prontos para investimento. Um PPF pode fornecer suporte técnico e/ou financeiro aos proprietários/concessionárias do projeto. Esses apoios podem cobrir uma ampla gama de atividades, incluindo: realização de estudos de viabilidade do projeto, análise de valor financeiro; desenvolvimento de documentos de aquisição e contratos de concessão; realização de estudos socioambientais; e conscientização das partes interessadas.

Adaptado de: Project Preparation Facility: Habilitando o acesso de governos locais ao financiamento privado, IISD, 2017

Mitigação de Risco

Risk mitigation

Os mecanismos de mitigação de risco mais comumente usados são garantias (por exemplo, garantias de risco e de crédito), bem como seguro de risco (por exemplo, seguro de risco político). As garantias e os produtos de seguro de risco podem cobrir a falha de parte do setor público em cumprir obrigações específicas dentro de um projeto. Ao mitigar riscos críticos de desempenho para investidores privados, esses mecanismos são ferramentas úteis para aumentar a viabilidade de financiamento de projetos de infraestrutura.

Adaptado do Banco Mundial.

Mudança Transformativa

Transformative change

A mudança transformativa é ambiciosa e visa provocar uma mudança holística e inclusiva. Isso se opõe aos projetos “business-as-usual”, que podem contribuir para abordar um problema, mas não mudar fundamentalmente a maneira como ele é tratado e será abordado no futuro.

Repassse

On-lending

Uma entidade credenciada sob padrões especializados pode receber dinheiro de um fundo com a intenção de emprestá-lo a outras entidades executoras para a implementação de programas e/ou projetos selecionados. Isso também pode incluir o fornecimento de capital ou garantias a outras entidades.

Adaptado do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Retorno sobre Investimento (ROI)

Return on investment (RoI)

Medida de desempenho usada para avaliar a eficiência de um investimento específico ou comparar com outros diferentes. O *RoI* tenta medir diretamente a quantidade de retorno em relação ao custo. Para calcular o *RoI*, o benefício (ou retorno) de um investimento é dividido pelo seu custo. O resultado é expresso como uma porcentagem ou proporção e obtido com a seguinte fórmula:

$$RoI = (\text{Ganho} - \text{Custo}) / \text{Custo}$$

Na fórmula acima, “Ganho” refere-se ao produto obtido com a venda do investimento em questão. Como o *RoI* é medido como uma porcentagem, ele pode ser facilmente comparado com outros retornos, permitindo medir uma variedade de tipos de investimentos.

Observe que o *RoI* é apenas uma das várias métricas usadas para avaliar e classificar esse desempenho. Outros exemplos incluem a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o Valor Presente Líquido.

Saída Estratégica

Exit strategy

Estratégia concebida para eliminar gradualmente um projeto/programa depois de atingir os objetivos definidos, garantindo que suas atividades em curso, seu impacto e seus resultados se mantenham além das intervenções.

Adaptado do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Salvaguardas Ambientais e Sociais

Environmental and Social Safeguards

Qualquer programa ou projeto deve limitar os riscos ambientais e sociais ao mínimo. Salvaguardas Ambientais e Sociais (SAS) são as medidas tomadas para prevenir e mitigar possíveis danos indevidos.

Adaptado do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Subsídios

Subsidies

Forma de ajuda ou apoio financeiro concedido a um setor econômico (instituição, empresa ou indivíduo), geralmente com o objetivo de promover políticas econômicas e sociais. Os subsídios assumem várias formas, incluindo: diretos (subsídios em dinheiro, empréstimos sem juros) e indiretos (incentivos fiscais, seguros, empréstimos a juros baixos, amortizações de depreciação, descontos de aluguel).

Adaptado do Dicionário Collins de Economia, 2013

III. MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

FINANCING MECHANISMS

Arrendamento Mercantil

Leasing

Os governos locais podem atuar como locatários (tomadores de empréstimos) ou locadores (credores).

a) Muitos governos locais são “pobres em dinheiro, ricos em terras”. Têm autonomia fiscal limitada e/ou orçamentos pequenos. No entanto, eles controlam posses substanciais de terrenos e propriedades construídas que não são necessárias para uso público agora ou em um futuro previsível. Os ativos que o governo local pode usar como fontes de financiamento incluem terra e infraestrutura existente, como instalações de água e energia. Estes podem ser alugados para desenvolvedores e/ou operadores do setor privado por um preço determinado. Os arrendamentos são contratos de aluguel entre o proprietário do terreno ou de um ativo de infraestrutura (neste caso, uma cidade ou entidade do setor público) e o incorporador ou operador do ativo (geralmente uma empresa). A receita resultante pode ser usada como capital inicial para custos iniciais relacionados a investimentos em infraestrutura pública.

b) Como locatários, os governos locais podem comprar imóveis ou bens pessoais específicos do Locador, fazendo pagamentos periódicos do arrendamento ao longo de um período de tempo estabelecido. Normalmente, a parcela de juros do pagamento é isenta de impostos.

Adaptado de Financiando a Transição: Infraestrutura Sustentável nas Cidades, WWR& Long Finance, março de 2015

Ativos de Capital

Capital Assets

“Todos os bens tangíveis usados nas operações do governo, que não são facilmente convertidos em dinheiro e têm uma vida útil inicial que se estende além de um único período de relatório financeiro. Ativos de capital incluem terrenos e benfeitorias; infraestrutura como estradas, pontes, linhas de água e esgoto; servidões; edifícios e melhorias de edifícios; veículos, máquinas e equipamentos.”

Definição: Glossário de Finanças Municipais, Departamento de Receita de Massachusetts, 2008

Capital Próprio ou Patrimônio Líquido

Equity

O capital próprio é a diferença entre o valor dos ativos e o valor dos passivos de algo possuído. Alternativamente, ele também pode se referir ao capital social de uma empresa; neste caso, o valor depende das perspectivas econômicas futuras da empresa.

Captura de Valor da Terra

Land value capture (LVC)

A regulamentação, o planejamento ou o investimento público podem aumentar o valor da terra. Por exemplo, melhorar a infraestrutura rodoviária aumentará o valor da terra nos subúrbios. “Up-zoning”, ou seja, mudar uma área para um desenvolvimento mais intenso e de uso comercial, aumentará a demanda por tais áreas, aumentando também quanto elas valem. A captura permite que o setor público participe financeiramente desse aumento. O LVC funciona sempre que as pessoas percebem valor e estão dispostas a pagar por ele. Muitas vezes, é paga uma quantia mais alta por uma casa, onde ela tem bom acesso para onde os residentes desejam ir. Em outras palavras, o dinheiro é um reflexo do valor criado pela melhoria da acessibilidade e esta torna a terra mais produtiva, porém esse aumento irá variar dependendo das circunstâncias locais.

Os métodos de LVC existentes tendem a focar em desenvolvimentos específicos ou em uma tributação/arrecadação geral. A maioria, entretanto, inclui elementos de ambas as abordagens.

As abordagens atuais têm uma visão muito mais equilibrada de como o valor deve ser compartilhado e capturado. Isso não está apenas desbloqueando novas fontes de financiamento, mas também criando um vínculo muito mais forte entre ativos, financiamento e usuários. Faz sentido, portanto, que o lucro extra gerado por essa movimentação seja dividido entre a agência responsável por ela, ou seja, o contribuinte, e os proprietários das terras. O potencial, portanto, de desbloquear esse valor por meio de uma parceria entre os setores público e privado precisa ser explorado.

Leia mais: Kamiya, Marco 2016: Novas soluções para fechar a lacuna nas finanças municipais

[O Potencial de Captura do Valor da Terra para o financiamento de projetos urbanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2017](#)

Contrato de Desempenho Energético (CDE)

Energy Performance Contract (EPC)

Um CDE é um contrato onde uma gama de serviços é acordada e o provedor dos serviços é capaz de garantir que um mínimo de economia de energia e/ou valor de sustentabilidade será alcançado. Uma Empresa de Serviços de Energia (ESE) implementa um pacote de serviços customizado, que consiste em planejamento, construção, operação e manutenção, otimização, compra de combustível, (co-)financiamento e comportamento do usuário.

Adaptado de documentos padrões do CDE, Iniciativa Europeia de Serviços de Energia, 2010

Contribuição de Melhoria

Betterments

Sempre que parte de uma comunidade se beneficia de uma melhoria pública (por exemplo, água, esgoto, calçadas, etc.), impostos especiais sobre a propriedade podem ser cobrados dos proprietários dessa área para reembolsar a entidade governamental, no todo ou em parte, dos custos incorridos na conclusão do projeto. Cada parcela de propriedade que recebe o benefício tem seu custo avaliado de forma proporcional, que pode ser pago integralmente ou repartido em um período de até 20 anos*. Neste caso, a repartição de um ano junto com os juros calculados correspondentes ao período são adicionados à conta de impostos até que a melhoria seja paga.

Definição: Glossário de Finanças Municipais, Departamento de Receita de Massachusetts, 2008

** Este prazo pode ser diferente de acordo com as legislações locais.*

Empreendimento Conjunto

Joint venture (JV)

O termo joint venture pode descrever uma gama de diferentes acordos comerciais entre duas ou mais entidades separadas. Cada parte contribui com recursos para o empreendimento e um novo negócio é criado, no qual elas colaboram entre si e compartilham os riscos e benefícios associados a ele. Uma parte pode fornecer terras, capital, propriedade intelectual, pessoal experiente, equipamento ou qualquer outra forma de ativo. Cada uma geralmente tem uma experiência ou necessidade que é central para o desenvolvimento e o sucesso do novo negócio. Também é vital que ambas tenham uma “visão compartilhada” sobre os objetivos da JV.”

Leia mais: Joint Ventures: uma nota de orientação para órgãos do setor público que formam joint ventures com o setor privado, HM Treasury, 2010

Empréstimo

Loan

Financiamento concedido mediante um reembolso futuro de seu valor integral, somado a juros ou outros encargos financeiros. Ele pode ser de um montante específico e único ou pode estar disponível como uma linha de crédito aberta até um determinado limite ou valor máximo.

Empréstimo Concessional

Concessional loan

O empréstimo concessional é um dos instrumentos financeiros com característica especial, sem ou com menos juros e com prazos de reembolsos mais longos do que os do mercado normal.

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Financiamento Agregado

Pooled finance

Pooling é o agrupamento de recursos e estratégias relacionadas para minimizar riscos.

Financiamento Coletivo

Crowdfunding

O financiamento coletivo é uma fonte alternativa de receita para os governos locais. É orientado pelo princípio de que os cidadãos podem investir voluntariamente um determinado montante financeiro em um projeto proposto.

Financiamento Misto

Blended finance

O termo financiamento misto implica a combinação de fundos públicos e privados por meio de um negócio de investimento comum, com cada parte usando seus conhecimentos de forma complementar. O conceito e o modelo foram desenvolvidos dentro da iniciativa “Redesenhando o Financiamento do Desenvolvimento”, do Fórum Econômico Mundial, que o definiu como “o uso estratégico de financiamento de desenvolvimento e fundos filantrópicos para mobilizar fluxos de capital privado para mercados emergentes e fronteiriços”. Essa estratégia de financiamento é uma abordagem estruturante que permite que organizações com objetivos diferentes invistam lado a lado enquanto alcançam suas próprias metas (seja retorno financeiro, impacto social ou uma combinação de ambos).

As principais barreiras para investidores privados abordadas nessa combinação são (i) risco real e altamente perceptível e (ii) baixos retornos que não compensam em relação a outros investimentos.

Mecanismos de apoio têm sido tradicionalmente usados por financiadores de desenvolvimento em um pacote de Financiamento Misto para atrair e apoiar investidores do setor privado, gerenciando riscos e reduzindo custos de transação. Esses mecanismos geralmente podem ser classificados ao fornecerem:

- Assistência Técnica, ou concessão de recursos para complementar a capacidade das investidas e reduzir os custos de transação.
- Subscrição de risco, para proteger total ou parcialmente o investidor contra o risco por meio de mitigação adequada
- Incentivos de mercado, pagamentos garantidos condicionados ao desempenho de preços futuros e/ou pagamento em troca de investimento inicial em mercados novos ou em dificuldades.

Adaptado de: <https://www.convergence.finance/blended-finance>

Fundos não reembolsáveis

Grant

Os *grants* são fundos não reembolsáveis desembolsados pelo governo ou por instituições financeiras internacionais. Os critérios de elegibilidade são sempre definidos pelos doadores.: Mecanismos de Proteção de Primeira Perda.

Fundo Municipal de Desenvolvimento (FMD)

Municipal Development Fund (MDF)

Os governos locais/regionais podem criar seu próprio fundo de desenvolvimento dedicado ao desenvolvimento urbano. Os FDMs visam arrecadar recursos adicionais para investimento público.

Fundo Rotativo

Revolving fund

Fundo criado para fins específicos com o conceito de que os reembolsos fornecidos a ele podem ser usados novamente para os mesmos fins. Uma vez implementado, o modelo de fundo rotativo pode ser autossustentável.

Garantia / Proteção na Primeira Perda

Guarantee / first-loss protection

Mediante cobrança de taxa, um fiador compromete-se a cumprir com as obrigações de um mutuário para com um credor em caso de não cumprimento ou inadimplemento de suas obrigações. As garantias podem cobrir todo o investimento ou apenas uma parte dele. Instrumentos de mitigação de risco como esse se concentram na redução dos principais riscos de inadimplência (tecnologia, política etc.) em vários pontos do ciclo de financiamento. Já o seguro envolve a transferência do risco de perda de uma entidade para outra em troca de dinheiro.

Um tipo de garantia é a proteção na primeira perda, cujos instrumentos protegem os investidores de um montante pré-definido de perdas financeiras, aumentando assim a capacidade de crédito e melhorando o perfil financeiro de um investimento. Eles mitigam diretamente os riscos de financiamento de um projeto transferindo uma parte da perda potencial para o patrocinador que oferece a proteção, podendo assumir a forma de uma contribuição financiada para o investimento (como uma injeção de dinheiro), uma garantia não financiada ou linha de crédito a ser sacada quando necessário. Ao tornar os projetos mais atraentes para os investidores convencionais (ou agregá-los no mesmo mecanismo), eles também mitigam a percepção de riscos líquidos.

Adaptado do Instituto de Desenvolvimento Internacional. 2014. Métodos Práticos para Avaliar Fluxos de Financiamento do Clima e Iniciativa de Política Climática. 2013. Lacunas de Riscos: Mecanismos de Proteção de Primeira Perda.

Imposto sobre o Carbono

Carbon tax

“É o imposto que incide sobre os combustíveis fósseis, principalmente os utilizados pelos veículos automotores, com o objetivo de reduzir a emissão de dióxido de carbono e de induzir a mudança para a energia limpa. O dinheiro dos impostos destina-se a financiar ações de combate à mudança do clima.”

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Mercado Voluntário de Carbono

Voluntary Carbon Market

Um projeto de mercado voluntário de carbono é semelhante a um projeto de MDL, mas não é regulamentado pela UNFCCC (veja mais em MDL). Existem vários padrões diferentes que podem ser aplicados, dependendo do tipo e tamanho do projeto.

Projetos de mercado voluntário de carbono geram Reduções Voluntárias de Emissões (VERs, em inglês).

Adaptado do site da Autoridade de Gestão Ambiental de Ruanda.

Orçamento Participativo

Participatory budgeting

Significa incluir os cidadãos na formulação do orçamento. É uma forma inovadora de envolvimento cidadão e descentralização, melhorando a comunicação e o diálogo entre a administração local e a comunidade. Promove a inclusão social ao permitir que os mais vulneráveis tenham voz nas decisões orçamentárias e capacita associações de bairro e pequenas organizações. No entanto, pode levar muito tempo para implementar as decisões orçamentárias, em parte porque é necessário ensinar aos moradores os detalhes de como funciona o processo.

Parceria Público-Privada (PPP)

Public Private Partnership (PPP)

“Parceria público-privada é um termo geral para uma relação contratual entre o setor público e empresas privadas para financiar, projetar, construir e operar instalações como estradas, hospitais e escolas. Esta forma de financiamento está sendo cada vez mais explorada como um meio de financiar infraestruturas relacionadas com o clima.”

O objetivo dessa relação é utilizar políticas públicas e regulamentações para alavancar o financiamento do setor privado, que receberá pagamentos do ente público pela prestação de um serviço definido.

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Privatização

Privatization

A forma mais comum de privatização em governos locais ocorre quando prestadores de serviços do setor privado são contratados, com ou sem fins lucrativos, para fornecer serviços públicos individuais, como manutenção de estradas, serviços de custódia, manutenção de frotas e operações e manutenção do sistema de água. [Leia mais.](#)

Redução Certificada de Emissões (RCE)

Certified Emission Reduction (CER)

A Redução Certificada de Emissões é um certificado emitido no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), para cada unidade de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) da atmosfera. Uma RCE é igual a uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente (CO₂e). Ela pode ser comercializada em um mercado voluntário de carbono e usado por países desenvolvidos para cumprir compromissos de redução de emissões.

Definição do Governo do Nepal. 2014. Glossário de Finanças Climáticas.

Título

Bond

Instrumento de renda fixa que representa um empréstimo feito por um investidor a um tomador (normalmente corporativo ou governamental); eles são usados por empresas, municípios, estados e governos soberanos para financiar projetos e operações. Os proprietários são chamados de titulares de dívidas ou credores do emitente. Os detalhes do título incluem a data de término em que o principal empréstimo deve ser pago ao titular e, geralmente, os termos dos pagamentos de juros fixos ou variáveis feitos pelo mutuário. [Leia mais.](#)

Título Verde

Green bond

Títulos verdes são emitidos para levantar fundos para soluções que apresentam benefícios ambientais. Com o funcionamento similar a outros títulos, o diferencial dessa forma de financiamento é a garantia de que os recursos vão para ativos classificados como verdes. Podem ser emissores de green bonds governos e entidades apoiadas pelo poder público, instituições financeiras, empresas não financeiras, entre outros. O rótulo verde pode ser aplicado a qualquer formato de dívida, incluindo colocações privadas, securitizações, títulos cobertos, bem como empréstimos verdes que cumprem os Princípios de Título Verde ou os Princípios de Empréstimo Verde.

Adaptado do site do PNUD.

Transferência Intergovernamental

Intergovernmental transfer

Recursos transferidos de outros níveis de governo (geralmente o nacional). Dependendo das disposições legais e das estruturas de transferência de cada país, as transferências intergovernamentais podem ser incondicionais ou condicionais e não precisam ser reembolsadas. Aquelas que são reservadas devem ser usadas para fins específicos e predefinidos.

Sociedade de Propósito Específico (SPE)

Special Purpose Vehicle (SPV)

Uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), também chamada de Entidade de Propósito Específico (EPE), é uma subsidiária criada para isolar o risco financeiro. A SPE é uma empresa com ativos e passivos próprios, bem como personalidade jurídica própria. Por se tratar de uma entidade legal separada, em caso de falência da matriz, a entidade instrumental pode cumprir com suas obrigações.

Leia mais: Programa de Treinamento de Analista Financeiro da CFI (Corporate Finance Institute)

